

Nem Deus nem Mercado: a Campanha da Fraternidade de 2010

José Rodorval Ramalho¹

DOI: <http://dx.doi.org/10.4025/rbhranpuh.v9i25.30189>

Resumo: O presente texto analisa o tema da Campanha da Fraternidade Ecumênica de 2010 “Economia e Vida: Vocês não podem servir a Deus e ao Dinheiro”, promovida, entre outras instituições cristãs, pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Partindo dos principais documentos da referida campanha, realizamos uma comparação das categorias econômicas utilizadas com aquelas expressas no *corpus* da Doutrina Social da Igreja Católica. Concluímos que os bispos brasileiros fazem uso seletivo dos documentos papais, enfatizando as críticas às economias de mercado e realçando a necessidade da defesa de formas coletivistas e igualitaristas das relações econômicas. A base teórica para tais exercícios interpretativos da realidade econômica, sobretudo brasileira, é um marxismo economicista e insensível às mudanças ocorridas na estrutura do capitalismo contemporâneo. Os textos do episcopado brasileiro também ignoram o fracasso das experiências socialistas, sobretudo no século XX.

Palavras-chave: Doutrina Social da Igreja. Campanha da Fraternidade. Capitalismo

Neither God nor Market – the Fraternity Campaign of 2010

Abstract: This text examines the theme of fraternity campaign of 2010 (“economy and Life: you can't worship God and money”), promoted by the National Conference of Bishops of Brazil. Starting from the main documents of the said campaign, we performed a comparison of the economic categories used with those expressed in the corpus of the Social Doctrine of the Catholic Church. We conclude that the bishops make selective use of Papal documents, emphasizing the criticism of market economies and highlighting the need for defence of collectivist ways and egalitarians economic relations. The theoretical basis for such interpretative exercises of economic realities, especially in Brazil, is a Marxism economic viewpoint and insensitive to changes in contemporary capitalism structured. The texts of the Brazilian episcopate also ignore the failure of Socialist experiments, mainly in Eastern Europe.

Keywords: The Social Doctrine of the Church. The Fraternity Campaign. Capitalism

Ni Dios ni Mercado: la Campaña de la Fraternidad de 2010

Resumen: El presente texto analiza el tema de la Campaña de la Fraternidad Ecuménica de 2010 “Economía y Vida: Ustedes no pueden servir a Dios y al Dinero”, promovida, entre otras instituciones cristianas, por la Conferencia Nacional de los Obispos de Brasil. Partiendo de los principales documentos de la referida campaña, realizamos una comparación de las categorías económicas utilizadas con aquellas expresas en el *corpus* de la Doctrina Social de la Iglesia Católica.

¹ Doutor em Ciências Sociais pela PUC/SP e professor Associado da Universidade Federal de Sergipe, atuando no Departamento de Ciências Sociais, no Núcleo de Graduação em Ciências da Religião e no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião. joseramalho@bol.com.br

Concluimos que los obispos brasileños hacen uso selectivo de los documentos papales, enfatizando las críticas a las economías de mercado y realzando la necesidad de la defensa de formas colectivistas e igualitaristas de las relaciones económicas. La base teórica para tales ejercicios interpretativos de la realidad económica, principalmente brasileña, es un marxismo economicista e insensible a los cambios ocurridos en la estructura del capitalismo contemporáneo. Los textos del episcopado brasileño también ignoran el fracaso de las experiencias socialistas, sobretudo en el siglo XX.

Palabras clave: Doctrina Social de la Iglesia Católica - Campana de la Fraternidad - capitalismo

Recebido em 17/12/2015 - Aprovado em 30/04/2016

1 Religião e Economia

Vários autores, clássicos e contemporâneos, transformaram o estudo das relações entre religião e economia num tema emblemático da sociologia. As contribuições são as mais diversas em extensão e intensidade. Entretanto, tomamos a liberdade de indicar, mesmo em tão amplo e profundo universo, a insuficiência da discussão relativa às relações entre a Igreja Católica (IC) e o modelo econômico moderno.

Sabemos que o Livro Sagrado do catolicismo traz inúmeras referências aos procedimentos e deveres econômicos adequados a indivíduos e coletividades. Além dessas formulações, a IC vem aprimorando e esclarecendo, através de vários tipos de documentos, questões centrais acerca das práticas econômicas. Ainda assim, tais documentos ainda são pouco conhecidos e estudados pela academia.

As encíclicas papais ilustram bem o que queremos afirmar. Esses documentos são formulados pelos sumos pontífices, devidamente acompanhados por assessores e pares eclesiais, circulam dentro e fora do ambiente católico, abordam as questões mais variadas e têm forte ascendência moral sobre católicos do mundo inteiro. Além disso, algumas dessas encíclicas se tornaram referência na análise do mundo contemporâneo, como é o caso daquela que entrou para a história do catolicismo como a fundadora da moderna doutrina social da IC – a encíclica *Rerum Novarum* (1891), assinada pelo Papa Leão XIII.

2 As Campanhas da Fraternidade no Brasil

A partir do Concílio Vaticano II, testemunharemos a estruturação das conferências episcopais nacionais que, congregando as lideranças eclesiais de cada região, também farão esforços para produzir documentos que analisem questões sociais prementes para toda a sociedade e também para a Igreja Católica. Tais iniciativas deveriam aprofundar a leitura das realidades nacionais e adaptar as formulações gerais de Roma ao universo de ação católica em cada nação. As Campanhas da Fraternidade, promovidas pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, se inserem nesse esforço pastoral de discutir os problemas do país a partir das formulações doutrinárias católicas.

As Campanhas da Fraternidade (CF) começaram no emblemático ano de 1964, promovidas pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Desde então,

foram realizadas exatas 47 campanhas, sendo algumas delas ecumênicas, como é o caso da Campanha de 2010. Ao longo desse período, podemos identificar, pelo menos, três fases: a) 1964/1972 – quando os temas estavam mais voltados para a renovação interna da Igreja, tendo em vista o impacto do Concílio Vaticano II; b) 1973/1984 – período em que a IC latino-americana buscava intervenção sistemática e estrutural contra a pobreza e o autoritarismo reinante no subcontinente; c) 1985/2010 – fase caracterizada por campanhas voltadas para problemas e atuações mais específicos, tais como: desemprego, sistema prisional, população indígena, terceira idade, pobreza (PRATES, 2007).

Na análise preliminar de alguns registros dessas Campanhas nos chamou a atenção a farta utilização de categorias analíticas emprestadas, sobretudo, da sociologia e da economia para explicar a realidade a qual se propunham modificar. Aqui, se apresenta uma primeira característica desses textos católicos – um profundo diálogo entre fé e ciência, afirmando a dimensão racional da fé católica e absorvendo contribuições teóricas importantes da teoria social moderna. Outra questão, que também nos sugere uma análise mais detida, é a autonomia relativa dos textos dessas Campanhas locais no que diz respeito aos documentos pontifícios, aos quais nos referimos acima. Nesse sentido, é interessante atentar para a plasticidade do pensamento social católico no seu processo de recepção nos ambientes nacionais, sobretudo na temática que vamos tratar a seguir, o ambiente econômico.

3 A Economia Política Católica

Observamos nessa incursão exploratória as marcas de um debate que já se estende por mais de um século. Dizemos isto porque o momento em que a IC passa a participar da vida pública moderna, no final do século XIX, coincide com uma profunda polarização, econômica e política, entre o que poderíamos chamar de liberais e socialistas. Os primeiros, afirmando o princípio do individualismo como âncora estruturadora da moderna sociedade capitalista e, por outro lado, os socialistas defendendo princípios coletivistas para modelar o novo momento histórico. Uns, liberais, afirmando a liberdade individual, antes de qualquer coisa; outros, os socialistas, afirmando a igualdade como norte de todas as esferas de ação social. A IC, por sua vez, tentou (e ainda vem tentando) afirmar o seu distanciamento desses dois paradigmas. Essa postura, porém, não procura propor uma “terceira via”, o que é repellido sistematicamente pela instituição, mas para identificar que tanto um como outro tendem a reduzir as possibilidades humanas a dimensões imanentes, uma vez que prescindem de uma ética centrada na pessoa humana, que se caracteriza pela imanência, transcendência e singularidade. (PENNA, 1991; PEYREFITTE, 1999; NOVAK, 1982)

Os documentos católicos atuais, sejam eles pontifícios ou das “igrejas nacionais”, parecem mesmo sugerir que o debate acima mencionado ainda está em pleno vigor. Aliás, a estrutura mesma desses escritos parece constituir um movimento pendular, através do qual observamos a afirmação, ora de um princípio, ora do seu oposto. Há quem afirme que os documentos de Roma guardam uma afinidade eletiva com os princípios liberais, enquanto que os documentos de algumas “igrejas nacionais”, através

de suas conferências episcopais, afirmam um coletivismo que as aproxima de princípios socialistas. (PEYREFITTE, 1999; NOVAK, 1982)

Parece-nos, entretanto, que o perfil dessas produções analíticas, construídas no âmbito da IC, a despeito do lugar em que sejam geradas, dependem, em algum grau, do tipo de interlocutor que a instituição escolhe para dialogar sobre questões sociais, econômicas, políticas, culturais, entre outros. Por isso, algumas questões emergem nesse cenário, entre elas: se é possível identificarmos uma unidade nessa pluralidade, se existem algumas categorias consensuais nos modelos analíticos católicos, se o diálogo da IC com os paradigmas é seletivo ou privilegia algum e, ainda, se há uma correlação entre a posição geopolítica das “igrejas nacionais” e determinados paradigmas. (BOFF, 1982; IORIO, 2008).

A Igreja Católica sempre foi palco dos mais variados debates teológicos, filosóficos, econômicos, políticos. Da mesma forma, a instituição sempre se reproduziu a partir de um equilíbrio instável, seja em função da variedade de culturas nas quais se insere, seja porque os “desencontros com Roma” sempre estiveram presentes, seja, ainda, porque sua natureza racional sempre estimulou o debate, mesmo que controlado de perto pela cúpula eclesástica. Manifestações como as Campanhas da Fraternidade, desenvolvidas no Brasil, constituem um objeto instigante para entendermos, pelo menos em parte, os mecanismos de reprodução do discurso social católico, as relações entre os documentos pontifícios e aqueles produzidos nos ambientes nacionais e, também, a dinâmica de mudança, atualização e aprimoramento do pensamento social católico. (JOHNSON, 2001; ÁVILA, 1991)

Embora a presença maciça dos católicos no espaço público moderno tenha contrariado parte significativa dos pensadores sociais, o fato é que a adaptação desse segmento ao ambiente moderno e a busca de afirmação do seu universo de valores no debate público tem mantido a IC como um agente importante neste debate. Provavelmente, a simbiose entre cristianismo e modernidade ocidental manterá essa tradição religiosa no centro do debate das instituições sociais modernas (WOODS, 2008; JENKINS, 2004).

4 A Campanha da Fraternidade Eclesiástica de 2010

O lançamento da Campanha da Fraternidade Eclesiástica (CFE) de 2010, mesmo sendo promovida pelo Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (CONIC), reforça certas concepções cultivadas há décadas pela CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), a principal organizadora do evento.

Embora os conteúdos dessas Campanhas não obriguem, em consciência, os católicos brasileiros, pois seus ensinamentos não têm caráter dogmático, existindo mais como uma instância organizativa do episcopado nacional, não resta dúvida de que esse tipo de iniciativa tem ascendência moral sobre parcelas significativas não somente da comunidade católica, mas também de outros setores da nossa sociedade.

O tema da Campanha de 2010 foi “Economia e Vida”. Nos impressos voltados para a divulgação de suas atividades, podemos ler, com destaque, um trecho

bíblico (Mt. 6, p. 24) que afirma – “Vocês não podem servir a Deus e ao Dinheiro”. A partir daí, o que vemos é uma série de restrições aos mecanismos de mercado que, segundo o texto, promoveria males variados a quem seguir esse modelo.

Não devemos exigir que os bispos sejam especialistas em economia mas, se pretende participar do debate público, se espera que estejam atualizados sobre as questões a serem discutidas e que mantenham uma relação harmônica com os documentos pontifícios, relativos à questão em debate. Não tenho dúvidas de que a Campanha está cheia de boas intenções, mas os católicos devem conhecer aquele ditado popular que afirma que de bem-intencionados está cheio um lugar para o qual não devem querer ir.

Sem a pretensão de analisar, detalhadamente, os textos oficiais da CFE/2010, aqui neste espaço, indicaremos somente o que nos parece representativo da concepção de economia dominante no universo da Campanha.

Embora os redatores do documento critiquem, sistematicamente, o modelo econômico de mercado, nada afirmam, diretamente, sobre os modelos econômicos baseados numa maior intervenção estatal. Porém, considerando que essa crítica ao mercado é realizada a partir do instrumental marxista, acreditamos ser legítimo supor que os redatores dos textos da Campanha da Fraternidade parecem flertar com economias planejadas a partir dos aparelhos estatais.

Seja qual for o modelo implícito defendido pelos textos da Campanha da Fraternidade de 2010, seus redatores parecem ignorar as evidências empíricas da superioridade dos mecanismos de mercado na produção e distribuição de riqueza, fato amplamente reconhecido pela literatura e índices internacionais (BERGER, 1992; GIANETTI, 1995; PENNA, 1991; IORIO, 2008; MISES, 1987; HAYEK, 1990; FRIEDMAN, 1984).

Além disso, há uma questionável reprovação daquele que é considerado, por essa mesma bibliografia, a “mola-mestra” do desenvolvimento econômico – o empresário, o capitalista, o empreendedor. Esse agente econômico pode, perfeitamente, servir a Deus e, com os seus serviços, também servir à sociedade, gerando renda, impostos e, sobretudo, uma gama de produtos que torna a vida mais simples, segura e agradável. Além de tudo isso, o empreendedor exercita um dom que a tradição cristã muito estima – o livre arbítrio. Os textos da CFE/2010, porém, reforçam a idéia, equivocada e maniqueísta, de incompatibilidade entre Deus e o dinheiro, entre as atividades que geram lucro e os princípios cristãos.

Outra questão que merece ressalvas nos documentos é a falsa expectativa que cultiva com relação às possibilidades de felicidade e justiça neste mundo. Assim, os textos insinuam que a humanidade seria capaz de realizar um modelo de sociedade sem exclusão, perfeito, simétrico, igualitário, sem dor nem sofrimento.

Cada pessoa tem o direito fundamental à vida e, portanto, o direito a todas as coisas necessárias para uma vida de qualidade. As pessoas têm direito a viver e satisfazer as

necessidades básicas. Essas não consistem apenas em alimentação, vestuário, moradia, mas também educação, saúde, segurança, lazer, garantias econômicas e oportunidades de desenvolver todas as capacidades de que uma pessoa é dotada.” (CFE, 2010:20)

No mundo moderno, esse universo igualitário e sem contradições antagônicas entre os produtores da riqueza social foi tentado pelas revoluções socialistas e, objetivamente, malogrado. Além disso, sabemos que essa expectativa não está consagrada na tradição católica, que reconhece não ser deste mundo o “Reino de Deus”, embora os católicos devam tê-lo como referência para a vida.

No mesmo sentido, os textos em discussão afirmam que a economia de mercado não opera “a serviço da vida”. Mais uma vez, equivocam-se. Tais economias foram responsáveis por inúmeras conquistas da humanidade no último século: diminuição da mortalidade infantil, aumento da expectativa de vida, fim do fenômeno da escassez de alimentos, entre outros. Tais conquistas são resultado direto do aprimoramento dos mecanismos de mercado, tais como o aumento da produtividade média dos trabalhadores, a articulação entre ciência e empresas, enfim, de ambientes de livre ação econômica. Por isso mesmo, onde os mecanismos de mercado são relativamente mais fortes (EUA, Canadá, Austrália, Coreia do Sul etc.), a população tem acesso a uma abundância que não se verifica onde tais estruturas são, relativamente, mais frágeis (Uganda, Gabão, Sudão, Etiópia, Haiti etc.). Exemplifiquemos: a mortalidade infantil na Coreia do Sul, capitalista, é de 03 crianças (por mil nascidos) e na Coreia do Norte, comunista, é de 42 crianças. Adiante, retomaremos alguns índices internacionais para continuar ilustrando o nosso argumento.

Entre todas as categorias analisadas ao longo do texto, nenhuma expressa melhor a concepção econômica dos seus formuladores quanto aquela que diz respeito ao mercado. Por isso, a seguir, detalharemos um pouco mais a sua análise.

5 A CFE/2010 e o Mercado

Na sociedade de mercado, paga-se pela troca de bens e serviços. Vende-se e compra-se. Não se doa e não se agradece. Ao pagar é liquidada qualquer dívida. A sociedade de mercado nos afasta das raízes da árvore da vida, que são amor, dádiva, fraternidade e solidariedade. Tira-nos dos lábios o agradecimento e do coração o sentimento de gratidão. Mas não somos mercadoria, e nossa vida não depende dos bens que possuímos (CFE, 2010, p.19).

No trecho acima, a campanha reproduz as muitas dificuldades de entendimento do que significa o processo de mercado. Primeiramente, esse sistema de trocas é voluntário. Nele, ninguém é obrigado a comprar ou a vender. Quando uma típica ação de troca ocorre, supõe-se que os agentes econômicos em questão chegaram a um acordo. Caso contrário, não há como realizar um negócio. Nesse tipo de transação, as duas partes procuram maximizar os seus interesses específicos, que não são os mesmos. Assim, comumente, quando decidem “fechar negócio” o fazem porque avaliaram que não há opção melhor (ou eles não sabiam que havia, o que dá no mesmo). Por isso, imaginar que um processo de compra e venda, *a priori*, envolve partes beligerantes é falsear a realidade. Nesse sentido, os mercados substituíram a guerra, onde, aí sim, o uso da violência é que define quem leva o “produto” (IORIO, 2013).

Desde já, é importante lembrar que essas ações individuais, livres e racionais, pressupõem um ambiente institucional que garanta o exercício dessa liberdade. Portanto, as economias de mercado só funcionam, adequadamente, quando existe um sistema jurídico-político, bem como um corpo de valores que protejam e potencializem essas ações dos indivíduos. Nada entenderemos da dinâmica de funcionamento dessas sociedades se não articularmos essas três instâncias culturais (IORIO, 2013; STARK, 2007; HAYEK, 1990). Os trechos, abaixo citados, relevam tais questões e insistem na dimensão destrutiva e amoral dos mecanismos de livre mercado.

Vivemos em uma economia de mercado que coloca o aspecto financeiro acima de todos os demais e transforma tudo em mercadoria, que valoriza pessoas pelo seu padrão de consumo, que cria vícios de acúmulo do supérfluo como forma de alguém se sentir importante. Isso ameaça pobres e não-pobres, sacrifica famílias, deforma valores e torna as pessoas vulneráveis a uma propaganda consumista insaciável. (...) A pessoa humana não tem valor a não ser o de mão-de-obra na produção capitalista, consumidora de produtos para o lucro das empresas e pagadora de impostos (CFE, 2010:41).

Mas a economia política moderna assenta-se sobre os pilares do interesse individual e de uma falsa ética utilitária. Estão de um lado os consumidores, que procuram satisfazer desejos e atender a preferências e interesses individuais. Do outro lado ficam os empreendedores e agentes financeiros, que buscam a maximização do lucro. A produção de mercadorias, sua lógica de venda e consumo deu origem à sociedade capitalista, onde predomina o aspecto financeiro. Uma importante parcela da moderna economia capitalista é meramente virtual, decorrente de vultosas movimentações

financeiras, não gera bens e produtos em benefício da sociedade, servindo apenas para o enriquecimento de uns poucos com o fruto da especulação financeira. O ciclo completo da moderna economia política é um mundo autossuficiente, fechado a qualquer consideração ética sobre a vida e a conservação da natureza, sobre a justiça e a esperança humana. Valores éticos não são considerados nesta ciência que visa a qualquer custo o lucro. A evolução da história, a miséria em que vive grande parte da humanidade, põem em questão o rigor e a seriedade dessa ciência e a bondade das políticas econômicas voltadas mais para o crescimento e a acumulação da riqueza do que para um verdadeiro desenvolvimento (CFE, 2010:31).

Resultados contraditórios de nossa história constantemente demonstraram que as políticas econômicas visaram proteger o patrimônio e os investimentos dos ricos do que cuidar da vida dos pobres (CFE, 2010:32).

Ao contrário do que afirmam os textos, as modernas sociedades de mercado estimulam e exercem dádivas e solidariedades. Segundo Durkheim, complexos sistemas de divisão do trabalho social produzem o que ele chama de “ética da complementaridade”, pois cada indivíduo, sozinho ou através da sua corporação, oferece um serviço específico, ao mesmo tempo em que tem acesso a inúmeros outros serviços ofertados por outros segmentos especializados. Se observarmos o cotidiano de uma sociedade tipicamente capitalista, o que encontraremos é uma rede de serviços que promove a livre troca do momento em que os cidadãos acordam para ir ao trabalho até o momento em que se deitam para dormir (DURKHEIM, 2004).

Essa “ética da complementaridade” não exclui um complexo processo de interações movido pelos interesses dos indivíduos. O lugar social ocupado por cada um, nessa estrutura de mercado, será definido por uma série de características estruturadas pelo triplice sistema, acima referido, bem como pelas competências apresentadas pelos agentes individualmente.

Admitir as imperfeições e assimetrias desse processo não implica, para os cidadãos envolvidos, rechaçá-lo ou buscar um mundo de simetrias e perfeições, estado de coisas que o senso comum, acertadamente, não postula. A própria dinâmica do mercado vai ajustando-o, processualmente, de acordo com as experiências e possibilidades materiais e subjetivas dos agentes em questão. Em nenhum momento, porém, tais processos produzem harmonias permanentes, pois sempre observaremos a “destruição criativa” de inovadores (SCHUMPETER, 1984), as crises setoriais, as contingências, enfim, uma impossibilidade de processar e/ou obter as informações necessárias aos agentes para tentar maximizar os seus interesses naquela conjuntura. Essa impossibilidade

de onisciência de todo e qualquer agente, o que inclui os burocratas do Estado, foi denominada por Mises (2002) de “incerteza genuína”.

Entretanto, os textos da Campanha insistem na dimensão excludente e desumana das sociedades que privilegiam os mecanismos de mercado como forma de alocação racional e eficiente de recursos econômicos.

Um caminho de séculos fortaleceu o poder que liga os grupos mais ricos e influentes ao poder do Estado. A economia assim chamada de mercado passou a ditar as políticas econômicas a serem adotadas pelo Estado. Elas reproduzem a mentalidade da acumulação de riqueza de setores financeiros e empresariais e o enriquecimento individualista sem limites. Essa prática tem ampliado injustiças, desrespeitado a natureza e vem provocando crises sucessivas que denunciam o profundo descontrole do próprio sistema capitalista, cujas consequências frustram as esperanças do desenvolvimento humano. Alianças são feitas visando sempre o interesse das grandes empresas e bancos, nacionais e estrangeiros. O povo não consegue ser ouvido, mas a pressão dos grandes interesses econômicos sempre tem um peso considerável. “É preciso atrair capitais” – dizem, ainda que tais capitais não promovam qualquer benefício ao país, mas sejam agentes de movimentos especulativos e predatórios. A política econômica zela pelos lucros do setor privado. (CFE, 2010:42-43)

Denunciar a perversidade de todo modelo econômico que vise em primeiro lugar o lucro, sem se importar com a desigualdade, miséria, fome e morte (CFE, 2010:18).

Afirmar que sociedades de mercado não produzem solidariedade e fraternidade é desconhecer que nesses agrupamentos não somente existe uma forte ação de solidariedade interna quanto externa. Em outras palavras, as sociedades às quais estamos nos referindo, foram responsáveis pelo que ficou conhecido como “Estado do bem-estar social”, justamente aquele no qual as condições materiais de vida atingiram um nível e uma amplitude jamais vista nas sociedades humanas. Além disso, esses países construíram inúmeros organismos internacionais para praticar, entre outras ações, políticas de solidariedade, não somente em momentos de catástrofe, mas também, ordinariamente, no sentido de estimular o desenvolvimento autossustentável. Além dessas políticas públicas, as comunidades religiosas nesses países, geralmente cristãs, exercem forte ativismo no campo da ajuda internacional, inclusive contando com amplos

recursos repassados pelos Estados nacionais. Iniciativas dessa natureza não seriam possíveis sem que existisse um padrão ético que extrapolasse os interesses imediatos dos mais variados segmentos sociais (PEYREFITTE, 1999; NOVAK, 1982).

Portanto, existe um forte equívoco em relacionar processos de mercado com agressões ao bem-estar humano, pois o que as evidências empíricas nos mostram é exatamente o contrário: os sistemas de mercado são mais eficientes não somente na produção de riquezas como também na sua distribuição. O próprio Estado de Bem-estar Social é resultado dessa capacidade de ampliação da produtividade média nessas sociedades, sem a qual não haveria maior e melhor distribuição de riquezas, mesmo que houvesse, como houve, reivindicações sindicais.

6 o mercado e os índices internacionais

Vamos examinar as muitas injustiças e o desrespeito à vida que derivam de uma economia que idolatra o mercado e não enxerga as pessoas. Hoje, com maiores fontes de informação, temos mais condições de perceber e denunciar problemas. Sabemos mais sobre corrupção, devastação planetária, desrespeito ao direito do cidadão, etc. (CFE, 2010, p. 26).

O trecho acima comete alguns equívocos e imprecisões. Primeiramente, não há idolatria do mercado por parte daquelas sociedades que o escolheram como melhor sistema de alocação de recursos, tanto que é possível identificar vários mecanismos que tentam corrigir “falhas”. Afirmar que o mercado não “enxerga as pessoas”, que estimula a corrupção e a agressão aos direitos do cidadão é desconsiderar que é, justamente, nessas sociedades onde observamos maior bem-estar e os menores índices de corrupção, pois uma típica sociedade de mercado, como já afirmamos, não é somente um modelo de trocas comerciais, mas uma tríplice combinação – econômica, política e ética.

Como observamos, abaixo, os autores do texto da CF identificam no esforço para liberalização (abertura aos mecanismos de mercado) e na globalização ações que criam ainda mais pobreza e sofrimento aos povos.

A **globalização** e a **liberalização**, como motores do crescimento econômico e o desenvolvimento dos países, não reduziram as desigualdades e a pobreza nas últimas décadas (CFE, 2010:28).

A **crise econômica global** levará 100 milhões de pessoas à pobreza este ano, em função de perdas de empregos e redução de ganhos, levando um sexto da população mundial

à fome, disse uma agência da ONU na sexta-feira (CFE, 2010:28).

Seria interessante que os autores do texto, além daqueles que o assinaram, dedicassem alguma atenção a, pelo menos, três índices internacionais com elevado prestígio entre pesquisadores do mundo inteiro. Estamos nos referindo ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), da Organização das Nações Unidas (ONU); o Índice de Liberdade Econômica (ILE), da Heritage Foundation; e o Índice de Percepção da Corrupção (IPC), da Transparência Internacional.²

O cruzamento dos dados divulgados por esses índices, ao fim e ao cabo, nos mostrará que existe uma profunda correlação entre os países que têm alto índice de liberdade econômica e aqueles que ocupam altas colocações no IDH. Além disso, ainda podemos observar outra correlação igualmente significativa entre os países considerados com graus elevados de liberdade econômica e aqueles onde a percepção da corrupção é muita baixa. Em outras palavras, quanto mais mercado, mais desenvolvimento humano e menos corrupção.

Afirmar que nas nações tipicamente capitalistas a corrupção é observada em menor grau do que naquelas onde impera o Estado interventor pode soar estranho a ouvidos coletivistas e estatizantes. Porém, o cruzamento do IPC com o ILE nos evidencia exatamente que quanto mais Estado, mais corrupção e quanto mais mercado, menos corrupção. Essas evidências reforçam a tese de que as modernas estruturas de mercado não se limitam à existência da liberdade econômica. Para que gerem estabilidade e bem-estar social é necessário não somente um Estado de direito democrático, como também uma base de valores que estimule a prudência e a confiança entre os indivíduos. Repetindo: quando falamos de sociedades tipicamente capitalistas, estamos nos referindo a essa combinação de ordem econômica, política e moral.

7 O Brasil e o mundo capitalista

A população brasileira que vive em estado classificado tecnicamente de extrema pobreza continuará a ser indigente. Pessoas nascidas economicamente indigentes correm o risco de assim continuar. Tais pessoas não conseguem, de modo geral, quebrar esse círculo vicioso, a não ser que a sociedade se organize de outro modo, colocando acima dos interesses de mercado o ser humano (CFE, 2010, p.27).

No Brasil, a exploração do trabalho infantil e do trabalho escravo são ainda chagas vergonhosas. A organização do trabalho permanece precária: temos trabalho escravo,

² www.pnud.org.br; www.heritage.org; www.transparency.org

trabalho informal, trabalho formal, subemprego, desemprego, trabalho sazonal e estratégias de sobrevivência derivadas da miséria e da fome. Predomina o trabalho informal, inseguro, instável e não protegido pela lei. As lutas dos trabalhadores, homens e mulheres, e os esforços dos sindicatos têm levado ao reconhecimento de direitos que muitas vezes, porém, acabam sendo ignorados (CFE, 2010, p. 33)

Um dos maiores equívocos da mentalidade católica ora discutida é o convencimento de que o Brasil é um país capitalista típico. Por isso mesmo, identificam a causa da nossa miséria e autoritarismo na suposta existência de uma economia de mercado. Os trechos citados acima sugerem que o mundo do trabalho, nas economias de mercado, é um jogo de soma zero, onde o trabalhador é explorado e o capitalista é o único a sair ganhando. Ora, nas sociedades tipicamente capitalistas, podemos observar um quadro bem diferente deste que é descrito pela Campanha da Fraternidade. Seria importante lembrar, inclusive, que a abundância existente nas modernas economias capitalistas está no centro de comportamentos identificados como “consumistas”. É provável que os cristãos que realizaram a Campanha, ora em análise, tenham critérios bastante heterodoxos a ponto de identificar na sociedade brasileira a existência de um capitalismo desenvolvido. Porém, retomemos o Índice de Liberdade Econômica para discutirmos, em termos mais concretos, e poderemos identificar o que poderíamos chamar de “graus de capitalismo” em sociedades contemporâneas.

Do ponto de vista abstrato, a Inglaterra, o Brasil e Angola são economias de mercado. No entanto, qualquer observador, minimamente atento, verificará que se trata de mundos radicalmente distintos. Limitando-nos aos objetivos do presente artigo, poderíamos afirmar que tais sociedades têm graus diferenciados de capitalismo, pois a liberdade econômica, política e alguns valores morais são abraçados de formas distintas nessas sociedades. Não estamos discutindo se esta ou aquela sociedade deve renegar as suas “tradições culturais”, se deixando englobar por outras. O que nos interessa afirmar, aqui, é que certas escolhas tendem a levar para determinados destinos.

Vejamos as variáveis construídas pela metodologia da Heritage Foundation que, como toda e qualquer metodologia, envolvem algumas escolhas. Para medir o grau de interferência do Estado na economia, o índice desenvolvido pela instituição combina elementos como: controle da moeda, segurança jurídica, tempo para abertura de empresa, legislação trabalhista, proporção do Estado na economia, carga tributária, etc. Segundo a construção da referida fundação, quem mais permitir liberdade econômica dos agentes mais alcançará melhores colocações no índice.³

Voltemos à Inglaterra, Brasil e Angola. Entre os 178 pesquisados, em 2013, vejamos o lugar ocupado pelos três países: o primeiro ocupa o 14º lugar; o segundo, o

³ www.heritage.org

114°; e o último o 160°. Assim, se considerarmos o Índice de Liberdade Econômica, os ingleses tem mais liberdade econômica do que os brasileiros que, por sua vez, são mais livres, economicamente, do que os angolanos. Isso é o mesmo que dizer que há mais capitalismo na Inglaterra do que no Brasil e que em Angola.

Vejamos, agora, as ocupações desses países no IDH (2013) da ONU. Entre os 187 países observados, a Inglaterra ocupa o 14°, o Brasil 79°. E Angola 149°. Portanto, afirmar que a miséria dos brasileiros ou de qualquer outro país é resultado do mercado é afirmar que quanto mais mercado mais miséria. Porém, o que vimos nos índices apresentados nos sugere exatamente o contrário. Insistimos que não afirmamos haver uma relação de causa e efeito entre liberdade econômica e “desenvolvimento humano”, apenas forte correlação entre essas duas variáveis.

Faria muito bem aos cristãos que produziram e assinaram o documento em análise que não somente soubessem fazer esse tipo de diferenciação, como também analisassem a presença do Estado brasileiro na economia ao longo da nossa existência como nação. A literatura econômica é rica em informações sobre o nosso “capitalismo” e as instituições as quais lhe dão suporte (PENNA, 1991; GIAMBIAGI, 2015; FRANCO, 2013).

O Brasil também ocupa lugar de destaque em termos de corrupção. Uma das variáveis para explicar esse fenômeno é exatamente a onipresença de agentes estatais na economia e a sua facilidade de agir criminosamente em relação aos interesses públicos. Os escândalos do que ficou conhecido na imprensa como “Mensalão” e “Petrolão” ilustram fartamente o poder que tem o agente político que ocupa o aparelho de Estado quando quer pilhar o patrimônio público.

Voltemos, porém, aos países citados e às suas colocações no ranking da Transparência Internacional (2013). Entre 174 países, a Inglaterra ocupa o 14°. lugar, o Brasil 69°. e Angola o 161°. A partir desses números, é possível identificar que também existe uma forte correlação entre o grau de intervencionismo econômico e a percepção da corrupção.

Em países como o Brasil, a base material do nosso tradicional patrimonialismo é exatamente o controle da poupança pública e de espaços no aparelho de Estado através do exercício do poder político. Desde a proclamação da república, praticamente todos os governos se dedicaram a fortalecer esse poder estatal de planejamento das nossas atividades econômicas (PENNA, 1991). Para tanto, observa-se os mesmos mecanismos intervencionistas: controle de preços, empréstimos subsidiados, manejo das taxas de câmbio, reservas de mercado, compra de ativos e, especialmente, a estatização das atividades. Essa profunda aproximação entre os cofres públicos e os agentes políticos, populistas e/ou patrimonialistas, tem sido uma das variáveis determinantes para nos afastar daquilo que poderíamos denominar de típica economia de mercado ou, como quer Novak (1982), capitalismo democrático.

8 Nem Deus, nem Mercado

As formulações encontradas no corpo da Doutrina Social da Igreja (DSI) e que repercutem nas formulações das Conferências Episcopais nacionais, nem sempre são claras e unívocas. Existem tensões óbvias, por exemplo, entre o conceito de destinação universal dos bens e o direito de propriedade, entre o conceito de opção preferencial pelos pobres e a justa busca do lucro pelos católicos empreendedores. Porém, não há como justificar, a partir da DSI, as hostilidades às economias de mercado observadas nos textos veiculados pela CFE de 2010.

Nem mesmo a relativa autonomia das referidas Conferências Episcopais nacionais poderia negar os acúmulos de conhecimento construídos desde a encíclica *Rerum Novarum*, quando o magistério da Igreja finalmente se dedicou a analisar o fenômeno econômico moderno, tentando fugir da polarização entre liberais e socialistas. Nesse sentido, identificar o capitalismo como uma fábrica de pobreza e injustiça é, no mínimo, impreciso. Não aceitar que os mecanismos de mercado não somente alocam melhor os recursos, mas também distribuem melhor as riquezas, é fechar os olhos para, pelo menos, um século de reflexão acadêmica sobre um modelo de atividade econômica que conseguiu criar as sociedades mais abundantes, do ponto de vista material, do que qualquer outra na história das civilizações.

A crítica ao capitalismo, propagandeada por esses setores, fica ainda mais problemática porque traz consigo, mesmo de forma implícita, a predileção por economias comunitárias, coletivizadas e que, ao fim e ao cabo, sequer combinam com sociedades complexas. Apesar da ampla bibliografia que trata dos processos de racionalização na economia moderna, com vasta demonstração empírica dos ganhos de eficiência e produtividade, que puseram fim à tradição histórica de sociedades de escassez, os idealizadores da CFE/2010 ainda não estão convencidos de que os mecanismos de mercado conseguiram se mostrar mais efetivos no combate a pobreza e, até mais do que isso, na produção de uma confortável abundância nas sociedades que souberam lidar com a racionalidade do mercado.

Uma hipótese para esse repúdio às modernas economias capitalistas é o apego desses católicos aos mais variados tipos de experiências comunitárias, inclusive a algumas que já se perderam nas brumas do tempo, o que faz com que tais setores acabem compreendendo mal as economias complexas e, por conseguinte, orientando mal a comunidade católica. Podemos ver isto na seguinte passagem da Campanha em questão.

Os discípulos de Jesus propuseram ao mundo uma grande revolução econômica, talvez a maior testemunhada na antiguidade. Nascida do seio das comunidades cristãs como fruto da convivência fraterna, era introduzida no mundo greco-romano uma economia diferente. A economia do Império Romano era resultado de política fiscal, se fundava sobre os impostos. Sua destinação era, sobretudo, a manutenção do complexo aparato burocrático e do amplo

sistema militar. A economia cristã se baseava na distribuição da riqueza e era destinada a socorrer os segmentos mais vulneráveis da vida civil e social, geralmente não atendidos pelo Estado. O ideal das primeiras comunidades cristãs era a partilha solidária dos bens, de modo que não houvesse ninguém que passasse necessidade (CFE, 2010, p. 59)

Considerando a importante presença da igreja católica apostólica romana no Brasil, muitas das nossas injustiças sociais e econômicas poderiam ser superadas se as lideranças dessa comunidade religiosa apontassem na direção economicamente mais consistente. Tal mudança de atitude poderia reconciliar a igreja católica no Brasil não somente com a melhor teoria econômica moderna e suas hipóteses para o desenvolvimento econômico, mas também com a própria mensagem de seu fundador, Jesus Cristo, que afirmou ter vindo para que todos tivessem vida e vida em abundância.

Referências

- ÁVILA, Fernando Bastos de. *Pequena enciclopédia de doutrina social da igreja*. São Paulo: Loyola, 1991.
- BOFF, Leonardo. *Igreja: carisma e poder* – ensaios de eclesiologia militante. Petrópolis: Vozes, 1982.
- BÖHM-BAWERK, Eugene von. *A teoria da exploração do socialismo-comunismo* – a ideia de que toda renda não advinda do trabalho (aluguel, juro e lucro) envolve injustiça econômica (Um extrato). Tradução de Lya Luft. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.
- DURKHEIM, Émile. *Da divisão do trabalho social*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- FONSECA, Eduardo Giannetti da. *Vícios privados, benefício públicos* – a ética na riqueza das nações. São Paulo, Cia. Das Letras, 1995.
- FRANCO, Gustavo. *As leis secretas da economia* – revisitando Roberto Campos e as Leis do Kafka. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- FRIEDMAN, Milton. *Capitalismo e Liberdade*. Tradução de Luciana Carli. São Paulo: Abril, 1984. Coleção “Os Economistas”.
- GARCIA, Alceu. *A escola austríaca e a refutação cabal do socialismo*. www.mises.org – 20.08.2012.
- GIAMBIAGI, Fábio. *Capitalismo: modo de usar*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.
- GUTIERREZ, Gustavo. *Teologia da Libertação*. São Paulo: Loyola, 2000.
- HAYEK, Friedrich von. *O caminho da servidão*. Tradução e revisão de Ana M. Capovilla, José I. Stelle e Liane de M. Ribeiro. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.
- IORIO, Ubiratan. *A economia política de João de Deus*. www.ubirataniorio.org – Texto copiado no dia 20 de junho de 2008.
- JENKINS, Philip. *A próxima cristandade* – a chegada do cristianismo global. Rio de Janeiro: Record, 2004.

- JOHNSON, Paul. *História do Cristianismo*. Tradução de Cristiana de Assis Serra. Rio de Janeiro: Imago, 2001.
- LANDES, David. *A Riqueza e a Pobreza das Nações* – Por que algumas são tão ricas e outras são tão pobres. Tradução de Alvaro Cabral. RJ: Campus, 1998.
- MISES, Ludwig von. *As seis lições*. Tradução de Maria Luiza Borges. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2009.
- _____. *A mentalidade anticapitalista*. Tradução de Carlos dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: José Olympio/Instituto Liberal, 1988.
- NOVAK, Michael. *O Espírito do Capitalismo Democrático*. Tradução de Hélio Pólvora. Rio de Janeiro: Nórdica, 1982.
- PENNA, José Oswaldo de M. *Opção preferencial pela riqueza*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1991.
- PEYREFITTE, Alain. *A Sociedade de Confiança* – Ensaio Sobre as Origens e a Natureza do Desenvolvimento. Tradução de Cylene Bittancourt. Rio de Janeiro: Instituto Liberal/Topbooks, 1999.
- PRATES, Lisaneos. *Fraternidade libertadora* – uma leitura histórico-teológica das Campanhas da Fraternidade da Igreja no Brasil. São Paulo: Paulinas, 2007.
- SHUMPETER, Joseph A. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.
- WOODS, Thomas E. *Por qué el Estado sí es el Problema* – una defensa católica de la economía libre. Madrid: Ciudadadelibros, 2008.